



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GMAC ADMINISTRADORA  
DE CONSÓRCIO LTDA.

SEMESTRE FINDO EM  
30 DE JUNHO DE 2024

CONQUISTAS REAIS PARA SONHOS REAIS



Consórcio

## Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA .....	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	6

### **Demonstrações Financeiras Individuais**

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	12
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS .....	13
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS .	14

### **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	15
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	15
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	16
4. DISPONIBILIDADES .....	21
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	22
6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO .....	23
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS .....	26
9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS .....	26
10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	27
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	28
12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	29
13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....	29
14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	30
15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS .....	30
16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS .....	30
17. PARTES RELACIONADAS .....	31
18. GERENCIAMENTO DE RISCO.....	32

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações do Resultado, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as Demonstrações Consolidadas dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações Consolidadas das Variações das Disponibilidades dos Grupos de Consórcios relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

São Paulo, 23 de agosto de 2024.

A Administração

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910 de 27/05/2021 e Resolução BCB nº 130/2021, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da GM Financial Brasil, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2024.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiros.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a Diretoria da instituição ocorreram em 23 de julho de 2024 e em 23 de agosto de 2024, tendo o conteúdo de tais encontro sido devidamente formalizado em atas.

Na reunião de 23 de agosto de 2024, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeira e contábeis da data-base de 30 de junho de 2024 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente a atividades desenvolvidas pela Ouvidoria (data-base 30 de junho de 2024), conforme determinações da Resolução CMN nº 4.860/2020 e da Resolução BCB nº 28/2020;

Em termos de efetividade da auditoria independente e da auditoria interna, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2024, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna, que cumpriu o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pelas implementações e datas de conclusão esperadas.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo primeiro semestre de 2024, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das atuações das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2024.

São Paulo, 23 de agosto de 2024.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Cotistas da  
**GMAC Administradora de Consórcios Ltda.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2024 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2024 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Administradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta  
Contador CRC SP-241659/O



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>Jun/2024</b>	<b>Dez/2023</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>Jun/2024</b>	<b>Dez/2023</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>322.100</b>	<b>521.796</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>384.556</b>	<b>105.332</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>1.650</b>	<b>55</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>384.556</b>	<b>105.332</b>
Depósitos Bancários		1.650	55	Obrigações Fiscais Correntes	9	57.064	20.637
<b>Instrumentos Financeiros</b>	5	<b>202.322</b>	<b>433.835</b>	Diversas	8	327.492	84.695
Títulos e Valores Mobiliários		202.322	433.835	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>28.312</b>	<b>106.196</b>
<b>Outros Ativos</b>	6	<b>118.128</b>	<b>87.906</b>	<b>Provisões</b>	10	<b>23.198</b>	<b>21.830</b>
Ativo Fiscal Corrente		32.105	4.201	<b>Outras Obrigações</b>		<b>3.061</b>	<b>82.458</b>
Despesas Antecipadas		85.267	83.191	Recursos Não Procurados	8	3.061	82.458
Diversos		756	514	<b>Obrigações Fiscais Diferidas</b>	9	<b>2.053</b>	<b>1.908</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>805.372</b>	<b>527.651</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>714.604</b>	<b>837.919</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>	5	<b>566.055</b>	<b>332.306</b>	<b>Capital Social</b>	11	<b>313.132</b>	<b>543.132</b>
Títulos e Valores Mobiliários		566.055	332.306	De Domiciliados no País		313.132	543.132
<b>Outros Ativos</b>	6	<b>210.238</b>	<b>165.684</b>	<b>Reserva de Lucros</b>		<b>401.472</b>	<b>294.787</b>
Despesas Antecipadas		193.551	149.456				
Diversos		16.687	16.228				
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	6	<b>29.079</b>	<b>29.661</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.127.472</b>	<b>1.049.447</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.127.472</b>	<b>1.049.447</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por cota)

	Nota	Jun/2024	Jun/2023
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>35.577</b>	<b>32.738</b>
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5	35.577	32.738
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>126.049</b>	<b>44.473</b>
Rendas de Prestação de Serviços	12	146.821	137.738
Outras Despesas Administrativas	13	(84.835)	(72.156)
Despesas Tributárias	16	(17.049)	(18.234)
Outras Receitas Operacionais	14	84.886	6.773
Despesas com Provisões	15	(2.658)	(2.431)
Outras Despesas Operacionais	15	(1.116)	(7.217)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>161.626</b>	<b>77.211</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>7a</b>	<b>(54.941)</b>	<b>(26.240)</b>
Provisão para Tributos Correntes	7b	(54.214)	(22.248)
Provisão para Tributos Diferidos	7b	(145)	(172)
Ativo Fiscal Diferido	7e	(582)	(3.820)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>11</b>	<b>106.685</b>	<b>50.971</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO POR COTA</b>		<b>0,34</b>	<b>0,09</b>
<b>Total de cotas 313.132.650 (543.132.650 em 2023)</b>			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Jun/2024	Jun/2023
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>106.685</b>	<b>50.971</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>106.685</b>	<b>50.971</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>543.132</b>	<b>12.691</b>	<b>172.673</b>	-	<b>728.496</b>
Resultado Líquido	-	-	-	50.971	50.971
Transferência Entre Reservas de Lucros	-	(12.691)	12.691	-	-
<b>Destinação do Resultado Líquido:</b>					
Reservas de Lucro	-	-	50.971	(50.971)	-
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023</b>	<b>543.132</b>	<b>-</b>	<b>236.335</b>	<b>-</b>	<b>779.467</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>-</b>	<b>(12.691)</b>	<b>63.662</b>	<b>-</b>	<b>50.971</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>543.132</b>	<b>-</b>	<b>294.787</b>	<b>-</b>	<b>837.919</b>
Redução de Capital	(230.000)	-	-	-	(230.000)
Resultado Líquido	-	-	-	106.685	106.685
<b>Destinação do Resultado Líquido:</b>					
Reserva Legal	-	5.334	-	(5.334)	-
Reservas de Lucro	-	-	101.351	(101.351)	-
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024</b>	<b>313.132</b>	<b>5.334</b>	<b>396.138</b>	<b>-</b>	<b>714.604</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(230.000)</b>	<b>5.334</b>	<b>101.351</b>	<b>-</b>	<b>(123.315)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2024</u>	<u>Jun/2023</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>		<b>175.305</b>	<b>76.834</b>
Resultado Líquido		106.685	50.971
Provisão para Tributos Correntes	7b	54.214	22.248
Tributos Diferidos	7e	727	3.992
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5	(35.577)	(32.738)
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	10b	2.658	2.291
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	14	(520)	(773)
Despesa com Comissão Diferida	13	47.118	30.843
<b>Varição de Ativos e Passivos</b>		<b>138.299</b>	<b>7.443</b>
Juros de Títulos e Valores Mobiliários Recebidos		8.640	6.998
Redução em Outros Créditos		7.579	17.156
(Aumento) de Despesas Antecipadas		(93.289)	(89.429)
Aumento em Outras Obrigações		251.178	100.375
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(35.809)	(27.657)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais</b>		<b>313.604</b>	<b>84.277</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(82.009)	(84.280)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(82.009)</b>	<b>(84.280)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Redução de capital		(230.000)	-
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(230.000)</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES</b>		<b>1.595</b>	<b>(3)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		55	34
Caixa e equivalentes de caixa no final dos semestres		1.650	31
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1.595</b>	<b>(3)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/24	Dez/23	PASSIVO	Nota	Jun/24	Dez/23
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>1.152</b>	<b>1.233</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.568.046</b>	<b>1.472.211</b>
Depósitos Bancários		1.152	1.233	Obrigações com consorciados		559.829	525.390
				Valores a Repassar		33.772	31.411
<b>Aplicações Financeiras</b>		<b>574.113</b>	<b>548.768</b>	Obrigações por Contemplações a Entregar		417.263	399.201
Títulos e Valores Mobiliários	5	574.113	548.768	Obrigações com a Administradora		63	60
				Recursos a Devolver a Consorciados		403.188	384.650
<b>Outros Ativos</b>		<b>992.781</b>	<b>922.210</b>	Recursos dos Grupos		153.931	131.499
<b>Direitos com Consorciados Contemplados</b>		<b>992.781</b>	<b>922.210</b>				
Normais		974.845	906.816				
Em Atraso		17.936	15.394				
<b>Compensação</b>		<b>9.175.270</b>	<b>8.224.236</b>	<b>Compensação</b>		<b>9.175.270</b>	<b>8.224.236</b>
Previsão Mensal de Recursos a Receber dos Consorciados		71.126	66.295	Previsão Mensal de Recursos a Receber dos Consorciados		71.126	66.295
Contribuições Devidas ao Grupo		4.864.915	4.364.906	Contribuições Devidas ao Grupo		4.864.915	4.364.906
Valor dos Bens a Contemplar		4.239.229	3.793.035	Valor dos Bens a Contemplar		4.239.229	3.793.035
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.743.316</b>	<b>9.696.447</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>10.743.316</b>	<b>9.696.447</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2024</u>	<u>Jun/2023</u>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>		<b>550.001</b>	<b>476.144</b>
Depósitos Bancários		1.233	9.145
Aplicações Financeiras		548.768	466.999
<b>(+) Recursos Coletados</b>		<b>800.247</b>	<b>679.300</b>
Contribuições para Aquisição de Bens		567.102	478.118
Taxa de Administração		144.582	120.883
Contribuições ao Fundo de Reserva		34.955	27.894
Rendimento de Aplicações Financeiras		23.013	25.689
Multas e Juros Moratórios		3.864	3.166
Prêmio de Seguro		16.416	12.227
Reembolso de Despesas de Registro		561	480
Outros		9.754	10.843
<b>(-) Recursos Utilizados</b>		<b>774.983</b>	<b>634.353</b>
Aquisição de Bens		527.047	426.443
Taxa de Administração		152.146	126.898
Multas e Juros Moratórios		1.934	1.581
Prêmio de Seguro		17.040	12.589
Devolução a Consorciados Desligados		22.549	23.955
Despesas Registro de Contrato		557	477
Outros		53.710	42.410
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO</b>		<b>575.265</b>	<b>521.091</b>
Depósitos Bancários		1.152	7.552
Aplicações Financeiras	5	574.113	513.539

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), situada na Avenida Indianópolis, 3.096, São Paulo - SP, Brasil, tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos, controlada diretamente pelo Banco GM S.A., com sede administrativa no mesmo endereço da Administradora, cujo controle final é detido pela General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit, Michigan, Estados Unidos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

### 2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de agosto de 2024.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

A partir de janeiro de 2022, com a vigência da Resolução BCB nº 120/21, proveniente da Resolução CMN nº 4.924/21, as Administradoras de Consórcio passaram a observar os seguintes Pronunciamentos Técnicos CPC:

- i. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- ii. Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- iii. Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- iv. Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

#### 3.1 Administradora

##### a) Resultado das operações

A receita por taxa de administração de grupos iniciados até 31 de dezembro de 2023 é reconhecida na apuração do resultado dentro do mês de competência, com exceção dos adiantamentos que são reconhecidos dentro do mês de recebimento. Para grupos iniciados após 1º de janeiro de 2024, a receita por taxa de administração passou a ser reconhecida linearmente com base na expectativa de recebimento futuro de taxa de administração e no prazo total do grupo.

A partir de 1º de janeiro de 2022, as despesas de comissões pela venda das cotas de consórcio passaram a ser apropriadas ao resultado conforme o período de vigência do grupo, sendo os montantes a diferir reconhecidos no ativo, na rubrica de despesas antecipadas.

As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

##### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução BCB nº 02/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real (R\$).



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GM S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

d) Ativos circulante e não circulante

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da Administração, não houve indícios de perda por “*impairment*” no semestre findo em 30 de junho de 2024.

f) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”.

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2024, de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº 09/20 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

### h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

### i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução BCB nº 02/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

### j) Resultado não recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 02/20, resultado não recorrente é aquele sem relação às atividades típicas da instituição ou que ocorra incidentalmente ou sem previsão de frequência de ocorrência. A instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente.

Os eventos de resultados não recorrentes serão segmentados nas notas explicativas de resultado, juntamente à explicação do evento que os originou e seus efeitos financeiros identificados.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

k) Receitas e despesas decorrentes de contratos com clientes

A Resolução BCB nº 120/21 introduziu a partir de 1º de janeiro de 2022 no âmbito das administradoras de consórcio a aplicabilidade do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente, o qual estabelece que a entidade deve reconhecer a receita quando houver a transferência de bens e serviços contratados.

As despesas de comissão, são consideradas custo incremental para a obtenção do contrato sendo sua amortização realizada no decorrer do contrato, conforme o serviço é prestado ao cliente e no prazo inicialmente acordado.

l) Valores não procurados

Com a vigência a partir de janeiro de 2022 da Resolução BCB nº 156/21 e Instruções Normativas BCB nº 270/22 e 275/22, os valores dos grupos encerrados e que ainda não foram procurados e os correspondentes recursos aplicados deverão ser escriturados em contas de compensação, com exceção dos valores de recursos não procurados constituídos antes da Lei nº 11.795/08, que deverão constar nas contas patrimoniais. As atualizações monetárias do passivo e as rentabilidades de títulos e valores mobiliários para garantia do passivo serão reconhecidos proporcionalmente, conforme demonstradas nas notas 5 e 8.

### 3.2 Grupos de Consórcio

a) Aplicações Financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	<b>Jun/2024</b>	<b>Jun/2023</b>
Quantidade de grupos ativos	252	242
Cotas ativas contempladas	47.337	46.655
Cotas ativas não contempladas	55.934	52.794
<b>Total de cotas ativas</b>	<b>103.271</b>	<b>99.449</b>
<b>Cotas ativas em dia</b>	<b>103.271</b>	<b>88.580</b>
<b>Cotas ativas inadimplentes</b>	<b>11.132</b>	<b>10.869</b>
Cotas ativas contempladas inadimplentes	3.604	3.426
Cotas ativas não contempladas inadimplentes	7.528	7.443
<b>Total de cotas ativas</b>	<b>114.403</b>	<b>99.449</b>
<b>% de inadimplentes</b>	<b>9,73%</b>	<b>10,93%</b>
Cotas ativas quitadas	11.197	11.961
Quantidade de bens pendentes de entrega	5.577	5.672
<b>Quantidade de cotas inativas excluídas</b>	<b>259.420</b>	<b>235.252</b>
<b>Quantidade de bens entregues</b>	<b>6.992</b>	<b>6.283</b>

## 4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades incluídas na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	<b>Jun/2024</b>	<b>Dez/2023</b>
Disponibilidades em Moeda Nacional	1.650	55
<b>Total</b>	<b>1.650</b>	<b>55</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	Jun/2024	Dez/2023	Jun/2024	Dez/2023
<b>Certificados de Depósitos Bancários</b>				
Banco GM S.A. - CDB Prefixado (i) (nota 17d)	765.316	683.682	-	-
<b>Cotas de Fundos de Investimento</b>				
Fundo de Investimento em DI (ii)	3.061	82.459	574.113	548.768
<b>Total</b>	<b>768.377</b>	<b>766.141</b>	<b>574.113</b>	<b>548.768</b>

- (i) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até junho de 2026, sujeitos a atualizações financeiras pré-fixados, variáveis entre 9,59% (aplicação pactuada em dezembro de 2023) e 14,06% (aplicação pactuada em novembro de 2022). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$ 35.577 (R\$ 27.961 em 30 de junho de 2023), conforme nota 17 d.
- (ii) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como mantidas até o vencimento pela Administradora, e como disponíveis para venda em Grupos, sendo em ambos os casos mensuradas pela cota do fundo na data do balanço. No semestre não houve resultando com o fundo de investimentos DI (R\$ 4.777 em 30 de junho de 2023).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Jun/2024				Dez/2023			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
<b>Administradora</b>								
Certificados de Depósitos Bancários	-	765.316	-	<b>765.316</b>	-	433.835	249.847	<b>683.682</b>
Fundo Santander Ref. DI Exclusive	3.061	-	-	<b>3.061</b>	82.459	-	-	<b>82.459</b>
<b>Total</b>	<b>3.061</b>	<b>765.316</b>		<b>768.377</b>	<b>82.459</b>	<b>433.835</b>	<b>249.847</b>	<b>766.141</b>
<b>Grupos</b>								
Fundo Santander Ref. DI Exclusive	574.113	-	-	<b>574.113</b>	548.768	-	-	<b>548.768</b>
<b>Total</b>	<b>574.113</b>			<b>574.113</b>	<b>548.768</b>			<b>548.768</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

A rubrica de Outros Ativos possui a seguinte composição:

	<b>Jun/2024</b>	<b>Dez/2023</b>
Comissões Diferidas (i)	278.818	232.647
Impostos a Recuperar (ii)	32.105	4.201
Créditos Tributários - IR e CS (nota 7c)	29.079	29.661
Depósitos Judiciais	16.687	16.228
Outros Créditos	756	514
<b>Total</b>	<b>357.445</b>	<b>283.251</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>118.128</b>	<b>87.906</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>239.317</b>	<b>195.345</b>
<b>Total</b>	<b>357.445</b>	<b>283.251</b>

- (i) Diferimento de comissões pela negociação de contratos e consideradas como custo incremental. Com o advento da Resolução BCB nº 120/21, o Banco Central do Brasil adotou a prática do CPC 47 para as administradoras de consórcio, fazendo com que as comissões deixassem de ser reconhecidas integralmente no início do contrato e fossem apropriadas conforme a vida útil dele.
- (ii) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Prefixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do período corrente.

### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos semestres:

	<b>Jun/2024</b>		<b>Jun/2023</b>	
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
Resultado Antes da Tributação	161.626	161.626	77.211	77.211
Alíquota Utilizada para Cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa Conforme Alíquotas	(40.407)	(14.546)	(19.303)	(6.949)
<b>Total de IR e CS sobre despesas permanentes</b>	<b>(40.407)</b>	<b>(14.546)</b>	<b>(19.303)</b>	<b>(6.949)</b>
Outras Adições/Exclusões Permanentes	-	-	-	-
Incentivo Projetos Culturais	-	-	-	-
Adicional de Imposto de Renda	12	-	12	-
Despesas de IR e CS no período	(40.395)	(14.546)	(19.291)	(6.949)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(54.941)</b>	<b>(14.546)</b>	<b>(26.240)</b>	<b>(6.949)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

	Jun/2024		Jun/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>IR e CS Correntes Devidos</b>	<b>(39.860)</b>	<b>(14.354)</b>	<b>(16.392)</b>	<b>(5.856)</b>
Prejuízo Fiscal	-	-	(5.849)	(2.155)
Provisão para Outros Créditos	(770)	(277)	-	-
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	240	86	447	161
Provisão Para Riscos Fiscais	102	37	124	45
Provisões Para Comissões	-	-	2.505	902
Correção de Depósitos Judiciais	(107)	(38)	(126)	(46)
<b>Total</b>	<b>(40.395)</b>	<b>(14.546)</b>	<b>(19.291)</b>	<b>(6.949)</b>
<b>Total de IR e CS</b>	<b>(54.941)</b>		<b>(26.240)</b>	

- c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2024		Dez/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Prejuízo e Base Fiscal Negativa</b>	-	-	-	-
<b>Adições Temporárias:</b>				
Provisão Para Riscos Fiscais	3.334	1.200	3.232	1.163
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	2.466	888	2.228	801
Provisão Para Comissões	15.582	5.609	16.350	5.887
<b>Total</b>	<b>29.079</b>		<b>29.661</b>	

- d) Realização do valor presente dos ativos fiscais diferidos ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2024:

Ano	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Total	Total
2024	8.265	-	2.975	-	11.240	10.148
2025	10.773	-	3.878	-	14.651	11.883
2026	565	-	204	-	769	555
2027	298	-	107	-	405	260
2028	1.479	-	533	-	2.012	1.148
<b>Total</b>	<b>21.380</b>	<b>-</b>	<b>7.697</b>	<b>-</b>	<b>29.077</b>	<b>23.993</b>

O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 23.993 em 30 de junho de 2024 (R\$ 25.899 em 31 de dezembro de 2023).

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

e) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e das obrigações fiscais diferidas:

	Dez/2023	Constituição (Realização)	Jun/2024
Provisão Para Riscos Fiscais	4.395	139	4.534
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	3.029	325	3.354
Provisão Para Comissões	22.237	(1.046)	21.191
<b>Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>29.661</b>	<b>(582)</b>	<b>29.079</b>
<b>Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)</b>	<b>29.661</b>	<b>(582)</b>	<b>29.079</b>
<b>Obrigações Fiscais Diferidas:</b>			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.908)	(145)	(2.053)
<b>Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)</b>	<b>(1.908)</b>	<b>(145)</b>	<b>(2.053)</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>27.753</b>	<b>(727)</b>	<b>27.026</b>
	Dez/2022	Constituição (Realização)	Jun/2023
Provisão Para Riscos Fiscais	4.062	169	4.231
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.952	608	2.561
Provisão Para Comissões	17.247	3.407	20.653
<b>Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>23.261</b>	<b>4.184</b>	<b>27.445</b>
Créditos de Prejuízo Fiscal	5.849	(5.849)	-
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social	2.155	(2.155)	-
<b>Total de Créditos Tributários Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa</b>	<b>8.004</b>	<b>(8.004)</b>	<b>-</b>
<b>Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)</b>	<b>31.265</b>	<b>(3.820)</b>	<b>27.445</b>
<b>Obrigações Fiscais Diferidas:</b>			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.625)	(172)	(1.797)
<b>Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)</b>	<b>(1.625)</b>	<b>(172)</b>	<b>(1.797)</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>29.640</b>	<b>(3.992)</b>	<b>25.648</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Composição de outras obrigações diversas:

	Jun/2024	Dez/2023
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (nota 17d)	234.789	4.751
Provisão para Comissões	68.073	70.936
Rendas a Apropriar de Taxa de Administração (i)	16.122	-
Outras Obrigações	8.508	9.008
Obrigações com Grupo de Consórcios/Consorticiados (ii)	3.061	82.458
<b>Total</b>	<b>330.553</b>	<b>167.153</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>327.492</b>	<b>84.695</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>3.061</b>	<b>82.458</b>
<b>Total</b>	<b>330.553</b>	<b>167.153</b>

- (i) Referem-se aos valores de taxa de administração dos grupos de consórcio inaugurados a partir de 1º de janeiro de 2024, cujo reconhecimento da receita passou a ser realizado de forma linear pelo prazo do grupo, seguindo o escopo do CPC 47, conforme previsto na Resolução BCB nº 120/21. Em 30 de junho de 2024, era composto por R\$ 139.433 de taxa de administração a receber e (R\$ 155.555) em receitas futuras a realizar.
- (ii) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados anteriores a Lei nº 11.795/08, os quais são atualizados pelo rendimento da cota do Fundo de Investimento DI. Os valores posteriores a Lei são controlados em conta de compensação e são atualizados. Os valores posteriores a Lei totalizaram R\$ 77.385 em 30 de junho de 2024 (R\$ 78.009 em 31 de dezembro de 2023).

### 9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Composição de obrigações fiscais correntes e diferidas em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Jun/2024	Dez/2023
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	54.214	17.625
Outros Impostos Indiretos a Pagar (i)	2.850	3.012
Obrigações fiscais diferidas (ii) (Nota 7e)	2.053	1.908
<b>Total</b>	<b>59.117</b>	<b>22.545</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>57.064</b>	<b>20.637</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.053</b>	<b>1.908</b>
<b>Total</b>	<b>59.117</b>	<b>22.545</b>

- (i) Referem-se basicamente aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$ 2.609 (R\$ 2.713 em 31 de dezembro de 2023) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$ 241 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Jun/2024	Dez/2023
Provisões Para Riscos Fiscais	13.335	12.927
Provisões Para Riscos Cíveis	9.162	8.207
Provisões Para Riscos Trabalhistas	701	696
<b>Total</b>	<b>23.198</b>	<b>21.830</b>

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>12.927</b>	<b>696</b>	<b>8.207</b>	<b>21.830</b>
Constituições (Reversões)	408	187	2.063	2.658
Indenizações pagas	-	(182)	(1.108)	(1.290)
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>	<b>13.335</b>	<b>701</b>	<b>9.162</b>	<b>23.198</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>11.946</b>	<b>426</b>	<b>5.314</b>	<b>17.686</b>
Constituições (Reversões)	499	(121)	1.913	2.291
Indenizações pagas	-	(3)	-	(3)
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>	<b>12.445</b>	<b>302</b>	<b>7.227</b>	<b>19.974</b>

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	Jun/2024		Dez/2023	
	Quantidade de Processos	Montante	Quantidade de Processos	Montante
Cíveis	225	5.524	303	6.397
Fiscais	9	2.534	9	2.498
Trabalhista	6	379	7	559
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>8.437</b>	<b>319</b>	<b>9.454</b>

#### Riscos fiscais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC nº 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento); e
- A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$ 9.127 até a data da publicação.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### **a) Capital Social**

Na assembleia geral realizada no dia 04 de dezembro de 2023 foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$ 230.000, em razão de o mesmo ser considerado excessivo, com fundamento no Art. 173 da Lei 6.404/76. Após as devidas aprovações, a redução foi registrada e o Capital Social está representado por 313.132.650 cotas sem valor nominal, das quais 313.132.627 são integralizadas por empresa constituída no país e 23 no exterior, expresso no montante de R\$ 313.132 em 30 de junho de 2024 (543.132.650 cotas sem valor nominal, no montante de R\$ 543.132 em 31 de dezembro de 2023).

### **b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$ 106.685 no semestre findo em 30 de junho de 2024 (R\$ 50.971 em 30 de junho de 2023), a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária conforme contrato social.

### **c) Reservas de Lucros**

Em atendimento à Resolução BCB nº 234/22, em 30 de junho de 2024 a Administradora constituiu Reserva Legal a 5% do lucro do exercício no montante de R\$ 5.334, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2024 é de R\$ 401.472 (R\$ 294.787 em 31 de dezembro de 2023).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As receitas de prestação de serviços referem-se, principalmente, à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	<b>Jun/2024</b>	<b>Jun/2023</b>
Taxa de Administração de Grupos Ativos (i)	136.293	126.930
Taxa de Administração de Grupos Encerrados	9.797	9.931
Serviços Acessórios	731	877
<b>Total</b>	<b>146.821</b>	<b>137.738</b>

- (i) Em atendimento à Resolução BCB nº 120/21, onde foi adotada a prática do CPC 47 para as administradoras de consórcio, o reconhecimento da taxa de administração dos grupos inaugurados a partir de 1º de janeiro de 2024 passou a ser apropriado de acordo com o prazo dos grupos, totalizando R\$ 6.271 no semestre findo em 30 de junho de 2024.

### 13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<b>Jun/2024</b>	<b>Jun/2023</b>
<b>Recorrente</b>	<b>(84.835)</b>	<b>(72.156)</b>
Comissões Pagas às Concessionárias (i)	(47.118)	(30.843)
Despesa de rateio com partes relacionadas (ii) (nota 17d)	(25.566)	(25.677)
Sistemas de Processamento de Dados	(5.081)	(6.419)
Propaganda e Publicidade	(3.293)	(2.412)
Serviços Técnicos Especializados	(1.561)	(1.089)
Serviços de Terceiros	(1.220)	(1.038)
Despesas com Sistema Financeiro	(551)	(73)
Outras Despesas Administrativas	(267)	(1.207)
Sistemas de Comunicação	(174)	(111)
Despesas Tributárias Administrativas	(4)	(3.287)
<b>Total</b>	<b>(84.835)</b>	<b>(72.156)</b>

- (i) Refere-se à despesa diferida de comissões apropriadas no decorrer do prazo do contrato, em consonância à Resolução BCB nº 120/21.
- (ii) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento e prediais realizada para o Banco GM S.A., informado como partes relacionadas na nota explicativa 17.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<b>Jun/2024</b>	<b>Jun/2023</b>
<b>Recorrente</b>	<b>5.432</b>	<b>6.630</b>
Recuperação de Despesas	2.915	4.256
Receita de Multa e Juros	1.997	1.601
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	520	773
<b>Não Recorrente</b>	<b>79.454</b>	<b>-</b>
Reversão de Provisão de Despesas Administrativas (i)	79.454	-
<b>Total</b>	<b>84.886</b>	<b>6.630</b>

- (i) No 2º semestre de 2023, com base na opinião jurídica de seus assessores, a Administradora decidiu pela baixa parcial do saldo de recursos não procurados que estavam sob a égide das Circulares nº 2.196/92 e nº 2.766/97. O montante das baixas no 1º semestre de 2024 foi de R\$ 79.454 e sobre essa receita não recorrente incidiram tributos no montante de R\$ 27.014.

### 15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<b>Jun/2024</b>	<b>Jun/2023</b>
<b>Recorrente</b>	<b>(3.774)</b>	<b>(9.505)</b>
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(2.250)	(3.597)
Outras Despesas Operacionais	(1.116)	(632)
Atualização Monetária de Contingências Fiscais	(408)	(499)
Variação Monetária de Recursos Não Procurados (i)	-	(4.777)
<b>Total</b>	<b>(3.774)</b>	<b>(9.505)</b>

- (i) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais foram atualizados pela variação da cota do Fundo de Investimento Santander Referenciado DI Títulos Públicos Exclusive (até abril de 2022 a atualização era realizada pelo Fundo de Investimento BRAM Referenciado DI Federal II).

### 16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<b>Jun/2024</b>	<b>Jun/2023</b>
COFINS	(7.961)	(9.319)
ISS	(7.442)	(6.969)
PIS	(1.646)	(1.946)
<b>Total</b>	<b>(17.049)</b>	<b>(18.234)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMF.

b) Benefícios de curto prazo

<b>Salários e Honorários da Diretoria Executiva</b>	<b>Jun/2024</b>	<b>Jun/2023</b>
Remuneração Fixa	416	419
Remuneração Variável	388	447
<b>Total</b>	<b>804</b>	<b>866</b>

c) Rescisão do contrato relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultado nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 30 de junho de 2023 para resultados, e 31 de dezembro de 2023 para saldos patrimoniais são resumidos como segue:

	<b>Jun/2024</b>		<b>Dez/2023</b>	<b>Jun/2023</b>
	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Receita (Despesa)</b>	<b>Ativo (Passivo)</b>	<b>Receita (Despesa)</b>
<b>Empresas Controladoras</b>				
<b>Banco GM S.A.:</b>				
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	765.316	35.577	683.682	27.961
Outras Obrigações Diversas (nota 8 e 13)	(234.789)	(25.566)	(4.751)	(25.677)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

### 18. GERENCIAMENTO DE RISCO

- (a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprindo e reportando à CRO;
  - (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
  - (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
  - (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;
  - (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de Funding, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Riscos Social, Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e também a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;
- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiros, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- (xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.
- (xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.